

No Espírito Santo, cela com capacidade para 36 presos abriga 281

“Um desafio às leis da física”. A expressão usada por um agente da Polícia Civil capixaba e é a melhor definição para a situação dos detentos no Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha. Ali, 281 presos ocupam uma cela que tem capacidade para 36 detentos. O desafio à física é acompanhado por um “presômetro”, uma placa afixada em uma das paredes da unidade que atualiza o número de detidos a cada movimentação.

Para que se realize o milagre de oito presos no espaço construído para abrigar um, redes são amarradas umas sobre as outras, enquanto dezenas de presos ficam agachados ou em pé, espremidos entre grades e paredes. Para dormir, os presos se revezam nas redes, mas mesmo com o rodízio, um preso dorme numa noite, outro dorme na outra.

A situação calamitosa do presídio, narrada em reportagem da *Agência Brasil*, foi levantada a partir de uma inspeção no sistema carcerário do Espírito Santo que está sendo feita pelo Conselho Nacional de Justiça desde o início da semana. Nesta sexta-feira (22/5) estava prevista uma visita do juiz-auxiliar da presidência do CNJ, Erivaldo Ribeiro ao DPJ de Vila Velha. Está previsto também um mutirão carcerário no estado para tentar minimizar a superlotação de unidades. <!-- .replace('

‘, ’).replace(‘

‘, ’) ->

ainda segundo a reportagem da *Agência Brasil*, vários presos estão doentes e dividem apenas dois banheiros. A maioria é preso provisório, jovens que foram pegos no crime. “Os banheiros estão entupidos. Tem preso com tuberculose, gonorréia. Todo mundo tem que revezar entre as redes e ficar agachado. . Tem rato e barata na caixa d’água, infiltração”, descreveu, com o rosto entre as grades, Jefferson Rodrigo, 22 anos, que cumpre pena por assalto a mão armada.

“Aqui só gera mais ódio e raiva. Nossa família vem aqui e nos vê nessa humilhação. Quem está aqui porque roubou vai sair querendo matar para descontar tudo”, desabafou. Alguns centímetros acima de Rodrigo, com pelo menos mais dois presos entre eles, Francis Pinheiro, 27 anos, detido por furto, relatou uma sensação de sufocamento: “A gente respira o ar que sai da boca do parceiro.” Segundo outro companheiro de cela Caio César, 19 anos, preso por roubo a mão armada, lá dentro “tem epidemia de furúnculo, coceira, muita dor de barriga.”

Os poucos policiais civis que se veem obrigados a guardar os presos convivem o tempo inteiro com o risco de fuga em massa, revoltam-se por não estarem exercendo a função típica de investigar e cobram da Justiça uma solução para pôr fim à superlotação.



“Só quem pode soltá-los é a Justiça. O preso provisório da Polícia Civil fica sob nossa guarda no máximo 90 dias. Não existe Defensoria Pública no Espírito Santo. São sete defensores para uma população carcerária estimada em 7 mil presos”, criticou o presidente da Associação dos Investigadores da Polícia Civil do Espírito Santo, Júnior Fialho.

Autores: Redação ConJur